



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO QUINZENALDA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO IX - Nº 147 - EDIÇÃO ESPECIAL - 2ª QUINZENA DE FEVEREIRO DE 1998 - R\$ 1,00

Não aceitemos as 40 mil demissões de Covas/Neubauer!

Nada de aceitar e negociar as demissões!

Convocar já uma assembléia geral para decidir pela greve!

**Unir empregados e desempregados num único
movimento contra a reforma da educação de Covas!**

**Luta nacional e unitária de massas para combater
as reformas antinacionais e antipopulares de
FHC/Covas!**

Os golpes contra o magistério não são fatos isolados

Assim que o governo Covas anunciou a nova grade curricular e o aumento da jornada de trabalho, evidenciou todo o sentido anti-trabalhador e anti-educação da reforma do ensino público. Para nós não foi surpresa, uma vez que vínhamos denunciando que este seria o resultado catastrófico das diretrizes do Banco Mundial e do Plano Decenal.

O capitalismo em crise já não pode sustentar postos de trabalho consagrados pelo desenvolvimento econômico. Em todos os ramos, a destruição de postos de trabalho se manifesta como consequência da crise estrutural. As forças produtivas já não cabem nas relações capitalistas de produção e transbordam em forma de desintegração social.

O Brasil, como país semicolonial, se encontra numa posição tal de submissão às potências que seus governos não têm outra alternativa senão aplicar o violento plano neoliberal. As mudanças que liquidam com a Previdência são a mais recente artilharia desfechada contra a vida das massas. Segue a reforma administrativa que

abre caminho para 60 mil demissões, nas contas do próprio governo federal. A abertura de mercado se encarregou de quebrar uma parte da indústria interna e aumentar o desemprego. As privatizações foram e são presentes bilionários dados ao grande capital internacional e nacional, que, para aumentarem a lucratividade, demitiram em massa. Enfim, na indústria, comércio e serviços estatais não vemos senão destruição de postos de trabalho.

Com a crise asiática, todo artificialismo do Plano Real se evidenciou. O Estado se tornou mais devedor ainda e não faz senão arrecadar dinheiro para entregar aos agiotas internacionais e nacionais. Assim, os serviços sociais não poderiam deixar de sofrer tremenda erosão. Com a aproximação da recessão, as demissões ganharam novos patamares. O governo atacou em favor dos capitalistas com a implantação do contrato temporário. E os capitalistas atacaram com redução de salários e destruição de conquistas sociais.

A direita sindical, a Força Sindical,

assinou o acordo de redução salarial em nome da manutenção de empregos. No mesmo caminho embrenhou o reformismo sindical da CUT, admitindo liquidação de cláusulas sociais.

No passado, a ditadura militar arrancou à força conquistas, como a estabilidade no emprego etc. Agora, sob a tal da democracia e da cidadania, as direções sindicais capitulam frente à ofensiva de fome e miséria e colaboram abertamente com a classe capitalista.

Sob a estratégia petista de defesa da democracia e da estratégia forcista de defesa do governo pró-imperialista, os sindicatos e as Centrais são colocados a serviço do engano e da traição aos interesses mais elementares dos explorados. Emaranham-se em todo um linguajar criado pelos ideólogos da burguesia para ludibriar os trabalhadores, como cidadania, democratização, parceria, planejamento comum, participação popular, plano alternativo, política propositiva etc. Enquanto isso, anulam os sindicatos frente às reformas neoliberais e

auxillam a burguesia a enxotar os trabalhadores de seus empregos.

A situação está configurada de tal modo que o governo legisla por cima contra a vida das massas e golpeia o funcionalismo, enquanto que, por baixo, a classe capitalista e a burocracia sindical negociam desgraças

para os assalariados. É nesse contexto de reação e ataque à existência dos operários que o governo Covas (PSDB) implanta a reforma neoliberal do ensino, demitindo milhares e milhares e sucateando ainda mais a escola pública.

A posição da diretoria da Apeoesp, de manobrar todo tempo e de desmotivar os professores da luta, deixando os demitidos à sua própria sorte e se apoiando no conservadorismo dos que acreditam que se salvaram da tormenta, expressa as tendências reacionárias da crise capitalista. A burocracia sindical, nas

suas mais variadas versões, se mostra subserviente ao capital e raivosa contra qualquer atitude de luta que ameace ultrapassar os limites determinados pela política de colaboração de classe, freqüentemente denominada de democrática e de cidadã.

É democrático negociar demissões, redução de salários e combater a greve de massa. É democrático matar de fome e de doenças proliferadas pela miséria. É democrático submeter os explorados ao contrato de trabalho temporário, a uma Previdência infernal, a uma saúde pública apodrecida e a uma educação decadente. É democrático simplesmente cancelar uma assembléia de maioria de desempregados porque não deu o quorum exigido pelo esdrúxulo estatuto imposto pela burocracia. Finalmente, é democrático pagar com o dinheiro do sindicato bate-paus, capangas profissionais, para arrancar à força professores de base e militantes de esquerda que ocupavam o plenário da Apeoesp num ato de resistência às demissões e à política colaboracionista da direção sindical.

O fato é que essa parafernália burguesa está voltada contra a vida dos que trabalham. Em oposição a ela, o Partido Operário Revolucionário, em

construção, luta pela derrota do plano governamental e da política burocrática. Tem por bandeira a implantação da escala móvel das horas de trabalho contra o desemprego. Chama a unidade entre empregados e desempregados. Trabalha para que as massas oprimidas tomem os problemas em suas próprias mãos. Ou seja, que lutem com suas próprias armas, como as greves, bloqueios, ocupações, manifestações. Que se utilizem de organismos próprios, como os comitês de luta, assembléias etc.

No capitalismo putrefato e violento não há como arrancar da burguesia concessões e mesmo barrar sua ofensiva de fome sem ser através da ação direta. Está aí a razão por que o POR acatou a decisão de uma parcela de trabalhadores desempregados de ocupar o sindicato contra a burocracia pró-patronal e ainda a sustentou até o fim. Está aí também a razão por que a burocracia se armou de gângsteres para quebrar o movimento de resistência à sua política.

Os artigos que seguem nesse número especial do Massas objetivam expor os acontecimentos e as posições políticas neles envolvidas.

Esboço



Assembléia para a luta *versus* aceitação e negociação das demissões

A ocupação da sede da Apeoesp por professores expressou a revolta de um setor da classe contra o imobilismo da direção diante de 40 mil demissões promovidas pelo governo Covas. Começou como uma ação espontânea, de revolta de uma parcela de professores de base, contra o cancelamento arbitrário e sumário da assembléia geral de 13/02 pela direção sindical. Ganhou força por pressionar a diretoria do sindicato e a direção da CUT, atualmente empenhados nos conchavos com o governo e os patrões ao redor de como minimizar os efeitos das demissões que atingem todos os setores. Não conseguiu projetar a ocupação para o conjunto dos

professores e da sociedade, por isso não teve força para derrotar a burocracia sindical vendida. Foi desmantelada pelo uso do aparato gangsteril remunerado da burocracia reformista. Mas apontou o caminho da luta, denunciou a cumplicidade da direção da Apeoesp com o governo e mostrou que os burocratas que se apoderaram do sindicato são obrigados a utilizar de todos os meios, inclusive a contratação de capangas "bate-paus", para poder aplicar uma política oposta às necessidades e interesses dos trabalhadores. Quanto à oposição, cabe assimilar a experiência da luta e caminhar no sentido de se estruturar sobre a base do impulso à ação direta, à mobilização independente dos professores, o que só pode se dar com a aplicação da política revolucionária do proletariado, portanto do programa da revolução proletária.

Demissões fazem parte da política de Covas para a Educação

O governo Covas vem aplicando a fundo a política ditada pelos organismos do imperialismo, particularmen-

te na educação. A destruição do ensino público é o caminho para cortar gastos, desviando-os para o sustento do parasitismo financeiro, e para fortalecer as escolas privadas em todos os níveis.

Nesse sentido, Covas vem impondo passo a passo seu plano. O fechamento de escolas e a exclusão de professores e alunos, as "parcerias", as "avaliações", os ataques ao ensino técnico e noturno, a municipalização, o plano de carreira etc. vêm todos no mesmo sentido: redução das despesas públicas com a educação e da qualidade do ensino, limitando-o às noções básicas de mal ler, escrever e fazer contas.

A nova grade curricular, que reduz o número de aulas e estende a jornada e a carga de trabalho sobre os professores, leva inevitavelmente às demissões em massa. Isto porque obriga cada professor a assumir mais salas para manter a mesma jornada de trabalho, o que leva à disputa pelas aulas. Os professores efetivos e os de melhor pontuação ficarão com as aulas dos mais jovens, que, sem aulas, ficarão desempregados. Já se re-

conhece que as demissões serão de pelo menos 25 mil, mas podem atingir 40 mil. É o maior ataque já feito por um governo contra os professores e contra a Educação. Mas não vai parar por aí. Com a aprovação da reforma administrativa no Congresso, acabou a estabilidade no emprego. Daqui a alguns meses, haverá novas demissões. Quanto mais Covas puder atacar a educação para reduzir os gastos com ela, assim ele o fará. É preciso entender que se trata de um projeto geral de destruição da educação. Assim é que se pode travar uma luta conseqüente contra ele.

A linha reformista para se colocar diante das demissões de Covas

Diante dos ataques de Covas, a diretoria da Apeoesp tem respondido sempre evitando o confronto, em especial a luta grevista. Tem procurado sempre negociar com o governo cada medida da reforma do ensino em separado, pretendendo claramente recomendá-la, "aperfeiçoá-la". Opõe-se a travar o combate às reformas de Covas no seu conjunto. Baseia-se na pressão parlamentar, nas negociações etc. E o que tem conseguido com isso? Nada. As reformas continuam a ser aplicadas, sem uma resistência organizada e de luta da classe. A política da diretoria tem levado à derrota dos professores contra o governo e ao fortalecimento da linha privatista e destruidora do ensino.

No caso da grade curricular, a diretoria vinha negociando com o governo sua aplicação, às costas dos professores, que permaneciam desinformados e desmobilizados sobre o que estava por vir. Depois de muito conchavo, a diretoria inseriu pequeníssimas modificações na aplicação da grade. Apontou para os professores que estes deveriam "fiscalizar" a atribuição de aulas, não deveriam preencher toda a jornada semanal e deixar uma parte das aulas para seus colegas. A redução do número de aulas assumidas significa a redução dos salários, já miseráveis.

Na essência, a diretoria negociou com o governo um acordo que pretendia amenizar (e não impedir) as demissões, assim como fizeram seus colegas do sindicato metalúrgico do ABC, na Volks e em outras empresas. Todos esses são acordos de traição, que desarmam os trabalhadores a enfrentar o ataque patronal. Esses burocratas vêem o crescimento das demissões como algo inevitável na conjuntura atual, e diante de tal fato só resta buscar amenizar seus efeitos sociais. Com essa visão, colaboram

com os exploradores e o governo, ajudando-os com a paralisia das organizações de massa, as quais deveriam ser instrumentos de combate em defesa do emprego e salário.

Quando perceberam que as demissões iriam explodir em dezenas de milhares, procuraram se apresentar em posição contrária ao governo. Mas, ao mesmo tempo em que falavam até mesmo em greve, os burocratas apostavam na possibilidade de reverter uma pequena parte das demissões através dos conselhos de escola, da apresentação de planos de trabalho, do remanejamento de aulas etc. Dessa forma, protelaram qualquer possibilidade de ação da classe para março, depois que as aulas já estivessem atribuídas e o ano letivo iniciado. Deve-se dizer também: nada até que os professores demitidos estivessem longe das escolas e os que permaneceram ficassem enfraquecidos. Essa política da direção da Apeoesp aponta para a derrota, para

a aceitação de dezenas de milhares de demissões, para a divisão entre empregados e desempregados, para o fortalecimento do plano destruidor da Educação de Covas.

O combate verdadeiro às demissões é feito com greve

A grade curricular não pode ser vista como uma questão isolada. Ela faz parte do plano mais geral de Covas. É um mecanismo de demissão de professores e de queda ainda maior da qualidade no ensino. Não se pode aceitá-la, nem mesmo em parte. Deve ser combatida. Não se pode negociar a eliminação dos meios de sobrevivência de dezenas de milhares de professores. O que está

Ocupação

O significado da diretoria da Apeoesp (PT) contratar bate-paus

Imediatamente, a diretoria procurou se valer da polícia contra a ocupação. Não obtendo êxito, lançou mão de bate-paus, provavelmente sob a orientação de Feijó, da CUT. Como se vê, não recorreu à classe, ao Conselho ou Assembléia para resolver o impasse da luta política. Ao recorrer ao método policial e gangsteril (bate-paus), a burocracia não fez senão expor uma tendência.

Sob a pressão da crise capitalista e dos perigos que a luta de classes traz à sua sobrevivência, a burocracia reformista assume as formas de repressão próprias da burguesia. O sindicato é tornado como propriedade particular de uma casta, que diz defender o patrimônio dos trabalhadores.

A quebra da porta de entrada do sindicato não foi um ato de ataque ao sindicato pelos professores revoltados, mas uma condição para poder entrar no anfiteatro, fechado pela burocracia. Tanto é que a ocupação não tocou em nada do sindicato que é patrimônio coletivo, mas apropriado pela burocracia.

Ao contrário do que se diz, é a burocracia quem ameaça o patrimônio dos trabalhadores com a corrupção e com sua política de colaboração de classe. A contratação de cerca de 50 bate-paus foi com dinheiro dos trabalhadores. Se se submetesse a uma rigorosa investigação sobre os gastos da Apeoesp, logo se veria quem ameaça o patrimônio dos trabalhadores.

Mas o fundamental da situação é que a burocracia reformista-petista tende a cada vez se tornar mais anti-democrática e totalitária. A história do sindicalismo mundial muito bem mostra esse fenômeno de destruição dos mecanismos da democracia operária pela casta burocrática pró-imperialista. No momento, estamos apenas no começo. A Força Sindical mostrou o caminho do sindicalismo gangsteril e os reformistas da CUT estão a segui-lo. Para não se cair no totalitarismo, somente defendendo um programa revolucionário, apoiando-se inteiramente sobre os métodos de luta das massas oprimidas e empunhando o princípio da democracia proletária.



colocado é a luta em defesa do emprego e salário para todos. Não se pode dividir o movimento entre empregados e desempregados. Deve-se mostrar que o governo pretende que os empregados de hoje sejam os desempregados de amanhã, e que por isso a luta em defesa do emprego é de todos, é uma só.

Para isso, não se pode ficar esperando as míseras duas ou três aulas que podem aparecer dos conselhos de escolas, apresentação de projetos, remanejamento de aulas etc. É preciso convocar imediatamente uma campanha de luta, chamar os professores a comparecerem a uma assembleia geral que decida pela greve, pela luta direta contra Covas e seu plano, e em

defesa do ensino público e gratuito. Somente colocando-se em luta os professores poderão projetar seu confronto com o governo para o conjunto da sociedade, que sofre com as consequências da aplicação do plano antinacional e antipopular de FHC, do qual as reformas de Covas fazem parte. Assim poderão ganhar a força necessária em seu movimento para derrotar Covas e assegurar o trabalho e defender a educação.

O choque entre as duas linhas

A recusa em chamar os professores a resistir às demissões colocou a diretoria numa sinuca. Sua colaboração com as demissões jogou a maioria dos demitidos contra ela. A política de paralisia aplicada até a atribuição das aulas impede que possa mobilizar um setor mais conservador da classe em defesa de sua linha reformista. Pretende negociar com o governo, mas Covas/Neubauer sabem que os

burocratas não têm onde se apoiar, portanto não têm como pressionar, estão completamente desarmados. A tábua de salvação da diretoria é conseguir as míseras duas ou três aulas a mais na grade curricular e apresentá-las à classe como uma perda menor, diante da magnitude absoluta das demissões.

Felício e seus comparsas não pretendem se submeter às decisões dos professores, que, se chamados, comparecerão em maior parte os demitidos e descontentes com a burocracia. Manobram com a convocação de um Conselho de Representantes (CR), burocratizado e controlado pela burocracia, para apresentá-lo como um fórum democrático de deliberação da classe.

Por isso o choque entre as duas posições, a de luta e a do aceite das demissões, se dá ao redor da convocação ou não da assembleia. Foi isso o que motivou a ocupação do sindicato.

O caminho da ocupação

Roberto Felício cancelou a assembleia, não permitindo que nenhum professor pudesse se expressar. Alegou a falta de quorum. E chamou uma reunião do Conselho de Representantes para 6 de março. Até o dia 6, as demissões estarão consumadas. Os professores sabem disso. Por isso ficaram extremamente revoltados, e correram atrás de Roberto Felício, atirando-lhe ovos, guarda-chuvas, sangue de galinha etc.

O burocrata acabou se refugiando na sede do sindicato. Para a burocracia sindical, o sindicato é uma propriedade particular, por isso Felício pretendia que ali os professores não entrassem. Mas a revolta levou os professores a arrebentarem com a porta e entrar. Estamos falando numa ação da qual participaram centenas de professores, na sua maioria de base, desvinculados das correntes políticas de

oposição. Prova disso é que a maioria das correntes de oposição presentes à assembleia (PSTU, Liga, PCO) se colocou contrária à ocupação do sindicato, mas perderam a votação.

A reivindicação desses professores foi a de que a diretoria da Apeoesp convocasse nova assembleia imediatamente. Aprovou-se uma data indicativa para o dia 18/02.

O que se colocava para a ocupação era a necessidade de se ligar aos professores nas escolas, ganhar apoio para pressionar a burocracia do sindicato a ceder, e convocar nova assembleia, para que os professores pudessem decidir coletivamente pela luta grevista contra as demissões.

O isolamento impediu que a ocupação mudasse a situação. Passada a primeira noite, veio o sábado com atribuições de aulas em algumas delegacias. Apesar da repercussão na imprensa burguesa e da distribuição de boletins pelos ocupantes, não houve um crescimento do movimento.

Por outro lado, a burocracia também não conseguiu mobilizar os professores, aliás nem mesmo seus colegas burocratas de outros sindicatos atenderam aos apelos de Felício e sua turma. Ainda assim, devido à importância da Apeoesp, membros da direção nacional e estadual da CUT compareceram para ajudar a burocracia acuada. Os defensores da diretoria não passaram de poucas dezenas.

A negativa da direção em negociar

ou ceder e a estagnação do movimento criou um impasse. Imediatamente, iniciaram a preparação da desocupação. Primeiro pressionaram através da intimidação. A presença de um número crescente de "bate-paus" na entrada do prédio amedrontou alguns ocupantes. A Corrente Proletária na Educação (POR), o Coletivo dos Trabalhadores e alguns independentes defenderam com firmeza a continuidade da ocupação. A Liga deliberou abandonar o local, enquanto o PSTU manteve uma presença formal com um membro. O PCO, que tinha votado contra a ocupação, mostrava-se mais suscetível às pressões da burocracia (ver matéria).

A diretoria manobrou com suas propostas: primeiro plagiou as propostas patronais diante de greves: disseram que só negociariam após a desocupação do prédio. Depois, desceram para dizer que mantinham a proposta de CR dia 6 de março, ou seja, para nada. A seguir, exigiam a saída do prédio para que uma comissão com cinco membros de cada lado negociassem dentro do sindicato. Por fim, recuou alguns dias em sua proposta de CR dia 6 de março: reuniões regionais dia 2 e CR dia 3. Ficou claro que não aceitariam de forma alguma convocar uma assembleia, nem qualquer atividade antes do final de fevereiro.

Durante as idas e vindas da diretoria, cresceu o número de "bate-paus". As discussões já eram ouvidas



e aconteciam sob seus olhos e ouvidos. A intimidação tornou-se explícita. A entrada e saída de pessoas do prédio passou a ser controlada pelos "bate-paus". Impedidos de entrar no sindicato, um grupo ligado à ocupação passou a manifestar-se do lado de fora.

O fato de haver manifestação de apoiadores da ocupação do lado de fora deu mais força aos ocupantes. Tanta que parte dos que antes estavam batendo os dentes de medo dos capangas (PCO) se transformaram de uma hora para outra em corajosos defensores da radicalização. Os ocupantes passaram a debater o passo seguinte na luta. Duas propostas se apresentaram: manter o dia 18, defendida pelo PCO, ou propor reuniões dia 2, CR dia 3, com assembléia à tarde, defendida pelo POR.

A proposta da diretoria era na sua essência a mesma. Isto porque a pro-

posta preservava o mês de fevereiro para as negociações com o governo. Porém recuava na data diante da ocupação. Certamente não aceitaria a convocação de assembléia para 3 de março. Manobrava para se apresentar como transigente, negociadora e acusar os ocupantes de radicais. Mas o recuo da diretoria poderia ser utilizado diante da classe em favor da defesa do método da ocupação e da necessidade de ação direta para enfrentar as demissões. Seria ilusão pensar que a burocracia cederia diante da ocupação, que permanecia sem recuar nem progredir. PCO foi contra a proposta com o argumento de que se aproximava daquela defendida pelo PSTU na assembléia (assembléia 6 de março), por isso não podia ser aceita. Uma parte dos ocupantes caiu na conversa do PCO, que nesse momento se apresentava como radical, pouco depois de instigar o medo, des-

crevendo as dimensões dos pulsos dos capangas e dos pescoços dos ocupantes. E, por votação, uma ligeira maioria aprovou a proposta de PCO. Foi o que a diretoria esperava para dar o sinal aos capangas para a ação.

Depois de carregados, os professores se manifestaram em frente ao sindicato, acusando os membros da diretoria e da CUT presentes pelas demissões, pela repressão, pela corrupção etc. Fecharam a Avenida Ipiranga e atiraram moedas nos vendilhões da classe. Por fim se retiraram, para preparar a intervenção junto às escolas a partir da segunda-feira.

Educação

A política da burocracia frente à reforma neoliberal da educação leva à desmobilização

O objetivo do governo de demitir em massa era mais do que evidente, como também o de criar as condições para aumentar a privatização do ensino. Uma primeira medida de corte foi quando se separou o colegial dos demais ciclos, se fechou escolas e se concentrou os alunos superlotando as classes. Logo o governo verificou que sua meta foi alcançada apenas parcialmente. A mudança da grade curricular e o aumento da jornada de trabalho seriam a grande operação. Poder-se-ia levar a "racionalização" administrativa às últimas consequências, de forma a atender as exigências do Banco Mundial (agência financeira do imperialismo, controlada pelos Estados Unidos).

A primeira etapa da "racionalização" capitalista foi apenas um ensaio para se ver a capacidade de reação do sindicato, da Apeoesp. Como a burocracia sindical mostrou-se acuada, expressando sua política petista de não confronto através da mobilização de massa e de contemplação "democrática" aos resultados finais de votação na Assembléia Legislativa, a

Secretária da Educação pôde seguir em frente sem obstáculo.

Ouviremos dizer que os professores não queriam lutar, como já ouvimos. Mas os que alegam tal coisa não podem explicar o porquê do recuo de um movimento marcado por greves heróicas e grandes mobilizações de massa. Não se trata apenas do receio do desemprego. Pesa sobre os trabalhadores da educação o fator de ordem política.

Depois da última grande greve, em que se ocupou a Assembléia Legislativa, a linha da direção sindical foi a de combater esse método de luta. Traduzindo, a bandeira da burocracia petista foi a de "nada de greves" e "sim às negociatas de gabinete governamental e parlamentar". A grande greve de massa foi considerada uma loucura e um atentado à democracia (não devemos nos esquecer de que se trata da democracia burguesa). Como é que a burocracia sindical ligada aos objetivos de PT de dirigir o país através do Estado burguês poderia ter sido arrastada às grandes manifestações que se dirigiram ao Palácio do

governo e depois ocuparam a dita "casa do povo", barrando o funcionamento do parlamento? Essa via de luta se mostrou incompatível com a política "democrática" eleitoreira do PT e com seus objetivos administrativos. No fundo, a avaliação da grande mobilização foi a de que os dirigentes do sindicato tinham deixado a greve se radicalizar e tomado um rumo de luta política contra o Estado, expressa na ocupação da Assembléia Legislativa.

Depois desse acontecimento, a burocracia passou a propagandear que a greve de massa estava fora de tempo e ultrapassada. Essa posição não se circunscreveu à diretoria da Apeoesp. Apoiado na



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NÃO NORTE E NORDESTE EScreva PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

greve de um mês dos petroleiros, que também ocuparam refinarias, e na do magistério paulista, Lula veio a público condenar as greves nos chamados serviços essenciais. Com a cantiga burguesa de defesa da população, Lula expressou uma política geral do reformismo petista e da casta sindical a ele vinculada. Assim não se deveria mais utilizar da luta direta e de massa nesses setores, que inclui a educação.

Frente aos ataques do governo, então o que fazer? Para os opositores da greve de massa, portanto da luta de classes, a solução seria confiar no legislativo (parlamento), nas campanhas cívicas de cidadania e nas pressões

“democráticas” aos partidos políticos da burguesia para que não votassem medidas violentas. É com essa pataquada que a direção da Apeoesp se colocou e se coloca diante da reforma destruidora de emprego e do ensino público.

Evidentemente, o governo Covas colocou-se por uma posição de força. Nada de limitar sua reforma, que muito bem sabemos é a aplicação do Plano Decenal e da LDB. Assim se aprovou na Câmara a diretriz do governo, enquanto que a burocracia sindical limitava o movimento docente a alguns espamos, protestando no legislativo. Temos aí o resultado: milhares e milhares de demissões, que o governo diz não existirem porque afinal de contas os ACTs não são estáveis.

Diante de tamanha evidência das consequências da reforma covista, a

diretoria da Apeoesp ainda contratou intelectuais da Unicamp, como foi informado na assembléia da região Oeste, para fazer uma estatística sobre os números de demissão. Enquanto os jornais da burguesia anunciavam 25 mil demissões, na zona Oeste, a direção-Articulação dizia que provavelmente não ultrapassariam três mil, com base nos estudos de professores da Unicamp.

O “princípio” da burocracia é de que o desemprego é admissível. Ao aceitar as condições de funcionamento da economia capitalista, em que o desemprego é parte constitutiva, acaba por desarmar a luta dos trabalhadores contra grandes e pequenas demissões. Vemos que quanto mais a crise capitalista recrudesce e a burguesia necessita descarregar seus efeitos sobre as massas, a burocracia sindical mais revela seu papel traidor.

As posições das correntes no conflito

Como dissemos, a iniciativa de se dirigir ao sindicato e tomar o plenário foi de uma parcela de professores desempregados. As correntes opositoras à diretoria da Apeoesp não fizeram senão seguir o instinto de revolta dos trabalhadores e procurar dar a ela expressão política.

Com o plenário do sindicato cheio, cerca de 200 professores, abriu-se a discussão se se manteria a ocupação ou não. Como não poderia deixar de ser, nesse momento, se revelou a cisão entre as correntes de esquerda. O PSTU, PCO e Liga (uma cisão do PSTU) se posicionaram pela saída e Coletivo dos Trabalhadores e POR pela permanência. Venceu a permanência.

Em seguida, as atitudes dos defensores da saída oscilaram entre abandonar o plenário e permanecer para boicotar. A Liga logo se posicionou pela retirada, não respeitando a votação. O PSTU permaneceu formalmente por um tempo com o claro objetivo de boicotar. Logo se retirou, de

forma que esteve ausente no conflito final dos bate-paus.

O PCO teve uma participação errática e oscilante. No início, permaneceu calado, mas aos poucos foi se integrando nas discussões. Interferiu na redação do Boletim, mas não fez nenhum esforço para viabilizá-lo tecnicamente, bem como boicotou a sua distribuição. Quando percebeu que a ocupação se consolidou, mesmo sofrendo um esvaziamento, passou a atuar mais ostensivamente. Procurou se destacar como “hábil” negociador com a burocracia, esperando que daí pudesse haver uma solução para o impasse. Não lhe faltou chance para mostrar o oportunismo de quem iniciou votando contra a ocupação e depois passou a pressionar politicamente para suspender o movimento.

O momento mais crucial foi quando se esgotaram as manobras da burocracia, que se valeu da direção da CUT, para obrigar o fim da ocupação. Esta evacuou o plenário de seus companheiros, tanto professores da Articulação-PT quanto sindicalistas de outras categorias chamadas a se solidarizar, e encheu-o de bate-paus, em número equivalente ao dos ocupantes. Foi quando o representante do PCO fez um discurso. Disse que poderíamos ser esmagados. E descreveu: “o pulso dos bate-paus são mais grossos que meu pescoço”. São palavras literais de José Luis.

Apesar do clima de terror criado pelo cerco dos fascínoras a soldo da burocracia (com o dinheiro do sindicato) e do temor despertado numa

É preciso rechaçar a justiça burguesa

Na plenária ocorrida depois da retirada dos professores à força do sindicato, o PCO informou que entrou na justiça com um processo contra a diretoria por ter usado os bate-paus. Propôs que as demais correntes fizessem o mesmo, com o argumento de que todos os meios valem na luta contra a burocracia.

Essa “concepção” e prática do PCO nos é bem conhecida. Quando da eleições sindicais na Apeoesp, entrou na justiça para impugná-las. A justiça deu ganho de causa à burocracia e esta a utilizou contra a oposição. Devido ao conflito de um de seus militantes com outros, abriu um processo contra Fernando, que lhe valeu a condenação de dois meses. Agora vem com o mesmo método de se apoiar na justiça, que só está a serviço dos interesses patronais.

Nossa luta contra a burocracia e seu método totalitário é o da política revolucionária.

Essa mesma burocracia já obteve duas condenações de Antonio Justino, que lhe poderá valer prisão. O PCO não moveu um só dedo para defender o militante do Coletivo dos Trabalhadores. Como se vê, todos os meios valem para o PCO. O único problema é que esta corrente se diz marxista.



parte dos ocupantes, o discurso de PCO não surtiu efeito. O fato é que a burocracia não poderia mudar sua decisão de bloquear totalmente qualquer possibilidade de luta contra a reforma reacionária do governo e contra as demissões. Assim, toda negociação não passaria de manobra de ambos os lados.

Para a burocracia, tratava-se de criar os meios para mais tarde justificar, através do presidente da CUT, Sr. Feijó, um possível ato de violência pelos bate-paus. Para os ocupantes, tratava-se de mostrar que à burocracia não restava outra alternativa senão expor seu totalitarismo.

O início das negociações se deu com a proposta de se constituir uma comissão de 5 a 5, que negociaria uma "solução", enquanto que a ocupação seria dissolvida. O POR defendeu que se constituísse a comissão, mas que a ocupação permaneceria e que a comissão não poderia deliberar nada. Um representante do Coletivo dos trabalhadores se opôs e ganhou a votação. PCO votou com o POR.

Prosseguimento: A direção da CUT mais representantes da diretoria vieram até o plenário. Não fizeram senão transmitir que aceitariam negociar desde que a ocupação se desfizesse. Certamente, todas as correntes rejeitaram esse método patronal de lidar com as lutas.

Suspendido o contato, PCO então propôs chamar a diretoria a debater diretamente com o plenário. O POR propôs retomar a idéia de uma comissão sem mandato deliberativo. Ganhou que a diretoria viesse. Esta, contrariando nossa avaliação, aceitou vir. Mas o que fez? Usou do plenário para fazer um discurso de quebra da ocupação. E concluiu que não debateria nada, pois não havia o que debater. Antônio Justino tomou a palavra e respondeu ao discurso da burocracia em defesa da ocupação e de colocar o sindicato a serviço da luta contra a reforma do governo. A diretoria foi saindo. O militante de PCO apelou para que a diretoria permanecesse e discutisse. Eis um dos apelos: "O sindicato é nosso e também de vocês, não há porque não debater a solução". A diretoria ouviu, resmungou algumas palavras contra a ocupação e se foi para o andar de cima.

Passou então a utilizar de sua verdadeira linguagem: a pressão dos bate-paus. Não havia mais solução: as manobras estavam esgotadas. Ou permaneceria a ocupação ou esta seria desfeita pela força dos bate-paus. Foi então que PCO mudou repentinamente de posição, dizendo que ainda era possível alongar a ocupação, pois ele José Luis havia ligado para a Rede Globo e visto que Feijó não tinha dado

a declaração contra a ocupação que havia prometido e que isso mostrava que a diretoria estava preocupada com as repercussões negativas.

Não demorou, e Joãozinho trouxe uma última proposta da diretoria para, segundo ele, evitar a violência. Aceitava antecipar a reunião do Conselho. Fez o discurso que aceitávamos ou seríamos desalojados à força, mesmo que fosse pela violência. O POR propôs que aceitássemos a antecipação do conselho, desde que no mesmo dia fosse convocada a Assembléia. O problema era a Assembléia. Estava claro que a diretoria não aceitaria a Assembléia. A antecipação do Conselho era a última manobra da diretoria para justificar a possível violência. PCO defendeu que a antecipação redundaria na mesma proposta do PSTU feita na Assembléia e que deveríamos permanecer na mesma situação para prolongar a ocupação. Feita a votação, venceu que nada se propusesse e esperássemos passivamente nossa retirada. Nem bem se votou, a diretoria autorizou o serviço sujo dos bate-paus, que ela mesma e seus assclas não tiveram a coragem de fazer.

Evidentemente estava claro que a correlação de força dos bate-paus conosco era infinitamente superior. A ocupação já havia cumprido seu objetivo de denunciar a colaboração da burocracia com as 40 mil demissões. As correntes que votaram a favor dela cumpriram seu dever de expressar o sentimento de revolta dos demitidos presentes na assembléia, também dissolvida pelos pelegos petistas com o argumento de falta de quórum. Terminamos a ocupação com um Ato de "fim das 40 mil demissões" e "fora os vendidos a Covas".

Educação



A ocupação não foi uma atitude foquista?

A posição de um membro do PSTU é de que a ocupação do sindicato corresponde ao método foquista. Se assim fosse, certamente estaríamos obrigados a condená-la e mesmo combatê-la.

O foquismo é uma ação de um pequeno grupo que substitui a luta de massas. Sua forma mais radical é a luta armada foquista. Expressa o desespero de uma organização pequeno-burguesa. Entretanto, no caso ocorrido, não se configurou ação foquista. Não foram as correntes que se revoltaram contra a diretoria que cancelou a assembléia, mas sim uma parcela das bases. Não foram as correntes que perseguiram a diretoria até o sindicato, mas os professores sem emprego. As correntes fizeram parte do acontecido espontâneo. Somente a partir da entrada no sindicato que as correntes tomaram a dianteira dos fatos.

A fração da assembléia que atacou a diretoria e a perseguiu expressou seu repúdio instintivo contra o colaboracionismo da direção. Sem dúvida foi uma ação minoritária, considerando os milhares de desempregados e empregados que não estavam na assembléia, mas não deixou de expor uma resistência ao ataque do governo e à manobra da direção burocrática.

O POR sempre se pautou por não realizar ações fora da luta dos trabalhadores e da democracia sindical. Somos a favor da expulsão da burocracia corrompida do sindicato, mas pela vontade e força das bases, a quem de fato pertence o sindicato e a tarefa de liquidar a burocracia vendida. Por isso, não praticamos atos isolados contra a burocracia. Tal atitude política não faz senão fortalecer os burocratas que usam das agressões isoladas para atacar a oposição revolucionária. O nosso método é o da luta política, ou seja, da luta de classes. A própria violência admitida e praticada é a que as massas desfecham contra os exploradores e seus representantes, incluindo a burocracia. O que nada tem em comum com ataques isolados e

O método gangsteril só pode vir de uma política burguesa

A utilização de capangas contratados para a retirada dos professores da sede da Apeoesp comprovou o conteúdo de classe da política da diretoria. Não é possível desvincular os fins dos meios. Estão indissolivelmente interligados.

A política revolucionária se baseia na utilização dos meios que ajudem a mobilizar os explorados no sentido da revolução proletária. Fundamentalmente, apóia-se na ação direta das massas. Pode se utilizar de meios de outras classes, desde que subordinados ao primeiro. Por isso, utiliza-se por exemplo da intervenção eleitoral, colocando condicionada à defesa do programa revolucio-

nário, à denúncia da democracia burguesa e ao impulso da ação direta.

A política burguesa tem seus métodos ligados à manutenção a todo custo da exploração de classe. Para lidar com os explorados, seu método fundamental é a repressão. Os outros são apetrechos. O uso de organizações repressivas paramilitares é próprio dos exploradores.

É preciso também distinguir a violência revolucionária da violência reacionária. A burguesia utiliza a sua violência de classe contra as massas para mantê-las sob sua dominação, portanto tem um caráter reacionário. Essa violência, a reacionária, nós condenamos. As massas mobilizadas tendem a utilizar meios violentos contra a opressão de classe burguesa, e esses meios são o caminho para sua libertação, portanto são progressivos. Essa violência, a revolucionária, nós defendemos.

Quando uma corrente utiliza a repressão (ou outros meios próprios da burguesia, como processos judiciais)

contra outros setores do movimento, está agindo com os métodos próprios da burguesia. E isso só acontece se tal corrente estiver embuída de uma política contrária aos interesses das massas.

No caso da ocupação, estavam em choque duas políticas opostas: uma de colaboração com o governo, defendida pela diretoria, e outra baseada na ação direta para enfrentar as demissões, defendida pelos ocupantes. A saída só poderia se dar de duas formas: ou os professores manifestariam apoio à ocupação e a diretoria seria obrigada a recuar, ou a diretoria teria de se utilizar de métodos estranhos ao movimento para desocupar o sindicato.

A questão dos métodos de luta é uma questão de princípio no movimento. Quando uma corrente política usa dos métodos gangsteris, significa que está perdida, passou para o outro lado da luta de classes. O uso de "bate-paus" pela burocracia da Apeoesp é consequência de sua direitização e descolamento da classe.

EDUCAÇÃO



A importância da resistência

Logo nas primeiras horas da ocupação, a burocracia tratou de trazer "bate-paus". Foi a única forma de encontraram de saírem da sede do sindicato sem ter de enfrentar os professores. Com a pressão dos capangas, iniciou a discussão sobre a questão da saída do sindicato, que não foi colocada explicitamente, mas sob a forma de "receios", "preocupações", "ponderações", "considera-

ções" etc. A vacilação diante das ameaças mostrou um dos pontos de fragilidade da ocupação.

Um dos erros dos ocupantes foi não organizarem o controle da entrada e saída de pessoas do local. No início, a burocracia estava enfraquecida e não tentou impedir a entrada e saída. Até um fogão passou para dentro. Mas, no sábado, após colocarem tapumes que estreitavam a passagem, e quando os "bate-paus" estavam em maior número, quem saía já não podia entrar e o apoio teve de ficar do lado de fora do sindicato. Ficou claro que seria utilizada a repressão.

Quando todos aguardavam o mo-

mento da desocupação, não se preparou a resistência. Apenas se retiraram as crianças e todos sentaram no chão. Os capangas vieram e retiraram arrastados os professores, sem confronto.

Se o maior ganho da ocupação foi a denúncia da diretoria vendida, ela poderia ser melhor se ficasse melhor caracterizada com uma resistência melhor preparada. Um piquete com os mais fortes poderia ter sido organizado. O local ainda tinha as condições para estreitamento de passagem e defesa dos ocupantes de cima para baixo. Faltou coesão política necessária ao redor da idéia de resistir.

Leia os materiais da

Boletim da

*Corrente Proletária
na Educação*